

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESPAÇO DE DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE.

Christiane Andrade Regis Tavares¹

Eixo: Extensión, docência e investigación

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

Christiane.regis@ig.com.br; cregis@uneb.br

Resumo: O presente trabalho é resultado de estudo teórico e preliminar de pesquisa, ainda em processo, realizado no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, que visa à investigação acerca da Extensão Universitária nas Universidades públicas brasileiras. Como o trabalho maior prima pela descrição e análise da Extensão Universitária em uma Universidade Pública Brasileira do Estado da Bahia, nesse artigo a abordagem encontra-se voltada à institucionalização da Extensão Universitária no Brasil como espaço de diálogo entre Universidade e sociedade, através do Plano Nacional de Extensão. O objetivo que norteou o trabalho centrou-se na análise e discussão teórica sobre a extensão enquanto espaço de diálogo, constituído a partir do desenvolvimento da Educação Superior no Brasil e a criação da Universidade. Inicialmente analisar a extensão universitária nos remete à compreensão do desenvolvimento evolutivo da Educação Superior no mundo e no Brasil, bem como a criação da Universidade Brasileira. Tal objetivo vê-se realizado à medida que discutimos os propósitos e funções da Universidade enquanto instituição social, responsável pela educação/formação dos sujeitos. Situar a Extensão no contexto da Educação Superior e da criação da Universidade no Brasil remeteu-nos à centralização dos estudos em aspectos pontuais, mas não menos contextualizados e dinâmicos em relação ao objeto de estudo. Para a realização e aprofundamento do estudo foi priorizada a evolução histórica e os diálogos em torno das questões conceituais. A prioridade para tais aspectos resultou da delimitação do objeto de estudo que se encontra voltado à Institucionalização do diálogo entre Universidade e sociedade através da Política Nacional de Extensão. Por fim, ao considerar a extensão enquanto dimensão, função e/ou espaço formativo na Universidade é que destacamos como resultado das discussões e construções teóricas, a institucionalização dessa, reconhecendo-a como a via pela qual se estabelecem os diálogos entre Universidade e sociedade.

Palavras-chave: Extensão Universitária, diálogo, sociedade, Política Nacional de Extensão.

INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Pedagogia - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Filosofia – Faculdade João Calvino (FJC), Pós-Graduada em Orientação Educacional – Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e História Social - Faculdade João Calvino (FJC), Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania – Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Contato: Christiane.regis@ig.com.br; cregis@uneb.br

Discutir a Extensão Universitária requer uma busca histórica, conceitual e legal, de forma que essas dimensões possam traduzir certa realidade que ainda não consolidou integralmente as idéias resultantes das discussões até agora realizadas, tanto pelas Instituições de Educação Superior – IES, Ministério da Educação e Cultura – MEC e sociedade, quanto pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

No que tange a extensão universitária, há que considerar inicialmente a trajetória histórica no sentido de localizar as discussões no panorama nacional frente às interferências nacionais. Descrever a trajetória histórica requer, portanto, revisitar momentos e marcos teóricos, mesmo pontuais, que possam traduzir a realidade brasileira em um dado momento em que as relações econômicas, sociais, políticas e culturais tendiam a corresponder aos interesses de um grupo restrito que comandava o país. Assim, destacar uma educação que privilegiava poucos em detrimentos de muitos foi e ainda é ponto crucial na luta pelo diálogo e mudanças entre sociedade e instituições de educação superior.

Enquanto construção conceitual, a extensão ainda encontra-se em processo que inicialmente foi marcado pelas influências de instituições da Europa, Estados Unidos da América e da própria América Latina, a partir da conjuntura política, social e acadêmica de cada Estado aqui apontado. Internamente, o processo contou com a participação tanto de órgãos do Estado, Universidade, sociedade e movimento estudantil. Como ainda há divergências em relação ao conceito de extensão mais coerente com a realidade social, política e econômica em que as Universidades se encontram hoje, esses conceitos, se apóiam em vertentes teóricas resultantes de análises das experiências empreendidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições de educação superior brasileiras, discussões fomentadas pelo Fórum de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras, das Instituições de Educação Superior Particulares e das Instituições Comunitárias. A necessidade de entendimento da questão tem como conseqüência a análise das mudanças ocorridas no campo conceitual, em decorrência mesmo da atuação mais ativa dos atores ora citados.

A partir do momento em que se configura historicamente a extensão universitária, com seus períodos de estruturação e desestruturação e da elaboração de conceitos pautados em visões construídas histórica e socialmente, é que foram estruturados trabalhos voltados para a institucionalização dessa dimensão acadêmica. A institucionalização da extensão prescinde de seu reconhecimento como uma função/dimensão da universidade que configura-se a partir do diálogo com a sociedade, centrado no envolvimento recíproco e na promoção da mudança social a partir da identificação e reflexão acerca dos problemas e construção de possíveis soluções para posteriores intervenções.

Como alternativa para a solução ou minimização dos problemas destacamos no Brasil a construção do Plano Nacional de Extensão das Universidades Públicas – PNE (1999/2000), que compreende um conjunto de diretrizes que hoje norteia as ações extensionistas nas Universidades públicas.

Institucionalizar a extensão através de um plano nacional ainda não contempla os objetivos que são almejados pelas instituições de educação superior, mas significa um importante avanço no sentido de que esse é o meio pelo qual o diálogo se estabelece de maneira institucionalizada, de forma a poder construir uma unidade frente à diversidade das instituições. Assim, a institucionalização de um conjunto de diretrizes para a extensão poderá ser utilizada como instrumento de superação da relação e da idéia de superioridade entre o saber construído no meio acadêmico e o saber popular resultante das múltiplas relações estabelecidas entre os grupos e os sujeitos sociais pertencentes a estas que apresentam-se distintas no mesmo contexto social.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: AINDA UM LONGO CAMINHO?

A Extensão Universitária configura-se hoje como resultante de um processo que compreende aspectos que apontam desde a visão pautada no assistencialismo até a visão desta como instrumento político-social. A perspectiva assistencialista achava-se ligado à religiosidade, e à visão de promoção da extensão através de cursos com formatos e configurações distintas, realizados de formas diferentes pelas instituições, foi difundida inicialmente na Europa. A idéia de prestação de serviços foi difundida nos EUA, tratando-se de ações que visavam à transferência de saberes, tecnologia e demais serviços mesmo que não estivessem estreitamente ligados ao ensino e à pesquisa. Por fim, os movimentos estudantis que tiveram importante participação no processo de desenvolvimento sócio-histórico na América Latina, contribuíram para a construção de uma visão da extensão como instrumento político-social através do qual seria possível promover as mudanças necessárias à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e o desenvolvimento social.

Partindo das diferentes visões acerca da extensão aqui enumeradas, é possível destacar que dada a diversidade de ações empreendidas nas instituições, Mesquita Filho(1997) considera que podemos categorizar a extensão universitária em cinco grupos. Numa primeira categoria estariam os cursos que são compreendidos como resultantes do modelo europeu, que compreende qualquer curso desenvolvido na universidade, distinto da graduação, que serviam dentre outras para divulgar a construção do conhecimento técnico e

científico construído na Universidade. Em seguida há a categorização da extensão como prestação de serviços, visão importada dos Estados Unidos, que apresenta-se como prestação de serviços sociais prestados à sociedade sem vínculo com o ensino e a pesquisa abrangendo também como ação a realização de eventos e as atividades filantrópicas. Ao mesmo tempo, notamos na literatura a visão da extensão como complemento às atividades de ensino e pesquisa, responsável também por levar a conhecimento da sociedade os resultados das atividades desenvolvidas pelas demais funções (Ensino e pesquisa) que nesse entendimento são primordiais. Outra visão destaca a extensão com remédio quando é percebida e desenvolvida como uma forma de compensação às faltas e falhas deixadas pelo ensino regular. Partindo dessas quatro categorias apresentamos, a partir das análises desse mesmo autor, uma última é que a visão da extensão como instrumento político-social que sendo utilizado pelo Estado tem os efeitos de manutenção da ordem social vigente. Por outro lado, sob a gestão democrática das universidades, a extensão, poderá promover a reflexão, a discussão e possíveis intervenções por aqueles que imbuídos de ideais e sentimento de mudança, se propõem a estabelecer uma relação dialógica com a sociedade.

Foram esses paradigmas que influenciaram as ações extensionistas no Brasil tempos depois da criação das universidades no início do século XX, que subsidiaram a construção histórica e teórica sobre o extensionismo brasileiro, bem como a categorização aqui apresentada.

Ao apresentar paradigmas e categorias que podem nortear os estudos sobre a extensão, é necessário não perder de vista que tais reflexões e argumentos teóricos são resultantes do próprio desenvolvimento da academia no Brasil considerando-se primordial nesse estudo a relação entre o processo acadêmico, histórico, social, político e econômico.

Iniciar a discussão sobre extensão no início do século XX não desconsidera a existência de cursos superiores isolados que data da chegada da Família Real em 1808.

A criação da Universidade no Brasil resultou de processo longo, tumultuado e permeado pelas relações de poder que se instalou mesmo com a ocupação européia em território nacional no período colonial. Enquanto colônia, a educação brasileira voltava-se para uma pequena instrução com aulas do ler e escrever e catequese como forma de dominação e fortalecimento do poder religioso enfraquecido em decorrência da Reforma Protestante. O que se observou foi uma educação para poucos que perdurou por muito tempo e ainda hoje é ponto de discussão na seara educacional, pois ainda se busca equidade entre democratização do acesso e permanência aos estudantes nas escolas.

A educação elementar, desde a colônia, era para poucos, e essa situação em relação à educação superior ocorria de maneira muito semelhante. Na colônia não havia educação superior, mesmo com a solicitação desta pelos padres jesuítas. Solicitação negada, o que puderam desenvolver foram os estudos superiores introdutórios que deveriam ser concluídos na metrópole. Em comparação à contemporaneidade, as mudanças ocorridas, ainda que não atinjam a população em sua abrangência total, configuram hoje a garantia do direito ao acesso aos estudos superiores². Mas, como nem sempre foi assim, é preciso destacar alguns aspectos.

Somente com a chegada da Família Real em 1808 é que foram criados os primeiros cursos superiores isolados de Medicina e Cirurgia na Bahia e Rio de Janeiro respectivamente. Entre 1811 e 1817 criam-se os cursos jurídicos em Olinda e São Paulo além da Engenharia e demais cursos que pudessem preparar a elite gestora em âmbito nacional. Tal situação não constitui ainda a formação da Universidade no Brasil com estrutura e natureza orgânica como a conhecemos hoje, mas se configura como certo avanço frente às iniciativas infrutíferas empreendidas pelos jesuítas em prol da criação de uma universidade brasileira.

Para Mendonça (2000, p.134):

Transferida a Corte para o Rio de Janeiro, as instituições criadas por D. João VI, no âmbito do que se pode chamar de ensino superior, estavam, na sua grande maioria, diretamente articuladas à preocupação com a defesa militar da colônia, tornada a sede do governo português. Ainda no ano 1808, cria-se no Rio de Janeiro, a Academia da Marinha, e, em 1810, a Academia Real Militar, para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares. Em 1808 criam-se os cursos de anatomia e cirurgia, para a formação de cirurgiões militares, que se instalaram, significativamente, no Hospital Militar (como também era o caso do curso da Bahia).

Mesmo com a instalação de cursos superiores em regime de simples aulas e cadeiras ainda não se fizeram presente ações extensionistas. O foco da educação estava centrado no ensino, base para o processo de aprendizagem, e na pesquisa, imprescindível ao desenvolvimento não apenas no âmbito do conhecimento erudito acadêmico, mas como instrumento para o desenvolvimento econômico, social e político. Não havia o que questionar, pois tal modelo atendia as necessidades do contexto da época. Destaque para a extensão não havia, mesmo porque não se fazia necessário o diálogo entre educação superior e sociedade.

² Como nosso foco não está centrado na discussão mais profunda acerca da Educação Superior não adentraremos nas questões referentes à permanência, qualidade e avaliação mesmo considerando de fundamental importância para o entendimento e o reconhecimento desta no desenvolvimento social, político, econômico e cultural de qualquer sociedade.

Quanto à criação da universidade brasileira, Boaventura (2009, p. 80) declara que

A forma universitária da educação superior só se efetivou nas comemorações da independência em 1920. O governo federal instituiu a primeira universidade pela reunião das três faculdades federais existentes no rio de Janeiro: Medicina, Direito e Engenharia. Surgiu, dessa maneira, a primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, na então capital do país. Foi na reunião de faculdades, escolas e institutos que se encontrou a maneira de organizar as universidades.

O marco da criação da universidade inaugura outra forma de organização da educação superior. Como essa educação ainda centrava-se na preparação das elites há que considerar as tentativas de democratização da educação em prol de uma formação que pudesse corresponder às reais necessidades sociais, bem como à luta pela conquista da democracia e efetiva conquista de direitos dos sujeitos, dos cidadãos.

Para Benevides (1996, p. 4) no processo de luta por uma educação que contemple a todos, necessário de faz considerar a educação para a democracia comportando duas dimensões

A formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente – e mais de um vez no curso da vida – um ou outro.

A idéia de uma educação para a democracia, assim como propõe Benevides, fugia totalmente ao propósito da educação das elites. Como então educar toda a população nessa perspectiva de “formação do cidadão para viver os grandes valores democráticos que englobam as liberdades civis, os direitos sociais e os de solidariedade dita planetária” (BENEVIDES, 2000, p.5). Nas palavras de Teixeira (1977, p.167) “somente pela educação poderíamos produzir o homem racional, o homem independente, o homem democrático”.

Assim, a universidade em sua fase inicial achava-se centrada na educação das elites como forma de manter o poder hegemônico, sem as preocupações de educar para a cidadania, a democracia e a luta por direitos civis, sociais e políticos. Enquanto insituição de educação superior, a Universidade ainda não reconhecia a extensão como um processo dialógico, via de mão dupla e meio pelo qual estreitaria seus laços com a sociedade.

A extensão, assim como o processo educacional brasileiro, recebeu influências da Europa, inicialmente, mesmo pelas raízes do processo de colonização. Enquanto influência européia verificou-se a presença da realização de cursos e visão assistencialista atrelada às

ações da Igreja e sociedade civil pautada no princípio de proteção próxima. As ações sob essa perspectiva subsidiaram as análises de Freire (1977, p. 22) quando destacou que no “campo associativo, o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação etc.”.

A visão de Freire resulta também de evidências e pesquisas realizadas no campo da extensão rural e educacional, que demonstraram que apesar da diversidade conceitual havia uma constância nas práticas e no entendimento acerca da extensão como processo de transferência unilateral e passiva do saber dito científico, construído academicamente para aqueles sujeitos despossuidores deste.

A partir da influência dos EUA houve a introdução da extensão como prestação de serviços. Tal procedimento centrou-se no fato de a extensão estender, levar à comunidade o conhecimento (científico-cultural). O fato de levar à sociedade o conhecimento restringe as ações extensionistas à comunidade acadêmica que já participava direta ou indiretamente da universidade. Foram os alunos em curso ou ex-alunos, aqueles que já haviam terminado cursos superiores, os que retornaram à academia para certa complementação da formação, hoje também denominada Educação continuada.

Em se tratando da extensão na América Latina é necessário considerar a relação entre Universidade e sociedade do ponto de vista do desenvolvimento desta, pois que contou também com a participação dos movimentos desenvolvidos no contexto sócio-político da época.

Segundo Bernheim (2001, p. 32)

La primera confrontación entre la sociedad, que comenzaba a experimentar cambios en su composición interna, y La Universidad enquistada en esquemas obsoletos, se concretó en El llamado Movimiento o Reforma de Córdoba. Por supuesto que tal movimiento no puede ser examinado únicamente desde su ángulo académico universitario, por importantes que sean los cambios que en este campo propició. Necesariamente, es preciso considerarlo dentro del contexto socioeconómico y político del cual brotó. La clase media fue, en realidad, el protagonista clave del Movimiento, en su afán por lograr acceso a La Universidad, hasta entonces controlada por la vieja oligarquía terrateniente y el clero. La Universidad aparecía, a los ojos de la nueva clase emergente, como el canal capaz de permitir su ascenso político y social. De ahí que el Movimiento propugnara por derribar los muros anacrónicos que hacían de La Universidad un coto cerrado de las clases superiores.

Conforme posicionamento acima é possível constatar que o desenvolvimento da Universidade na América Latina é resultado de movimento que fora impulsionado pela classe média que achava-se excluída da Educação Superior. Nesse contexto é possível

observar que, mais do que um desenvolvimento da Educação Superior tratada como uma necessidade social, tal desenvolvimento foi resultado de reivindicações da sociedade que achava-se excluída de tal processo formativo. Observando tal realidade é possível estabelecer paralelo entre esta e a educação brasileira, uma vez que o acesso à Educação Superior de forma democrática ainda hoje não contempla a totalidade da população nacional, mas foi resultado de reivindicações acerca da garantia do direito à educação por um lado, e por outro, resultante da necessidade de desenvolvimento econômico.

Ao realizar sua análise conceitual acerca da extensão na América Latina Bernheim (2001, p.53) conclui que

La Extensión Universitaria debe hoy em dia tener presente La posibilidad de que su praxis permita configurar proyectos alternativos inspirados em La solidaridad y La inclusión de los setores marginados, de tal manera que, como afirma Xabier Gorostiaga, La tarea política profunda de La Universidadconsista em "su aporte AL empoderamiento cognoscitivo y actudinal de los actores sociales, a La vez como plataforma superior de aprendizaje y como conciencia crítica propositiva de La sociedad misma".

Tal concepção remete à reflexão acerca da extensão não apenas com a via pela qual a Universidade exerce sua função social, mas como interação com a sociedade, solidariedade e inclusão, além de processo que contribui de forma significativa para o desenvolvimento da formação dos acadêmicos. Assim a aprendizagem é evidenciada como processo também construído a partir da extensão, quando volta-se para a construção do conhecimento vivo, teórico-prático e político.

Diante dos posicionamentos apresentados há que destacar a extensão, ainda entendida como um meio pelo qual há a transferência do saber acadêmico construído no âmbito universitário para as comunidades consideradas como desprovidas desse saber. O entendimento resultante desse paradigma não reconhece a extensão como uma função social a ser exercida pela universidade ao lado do ensino e da pesquisa, que possibilitaria a parceria com a sociedade. A referida parceria é, portanto, o ponto crucial não para levar os conhecimentos construídos na Universidade à sociedade através de cursos, prestação de serviços, filantropia ou complementar a formação já iniciada na instituição, mas um instrumento político-social responsável pela troca de saber e construção de um conhecimento vivo por todos aqueles que se achassem envolvidos no processo extensionista.

Partindo da referência à extensão na América Latina destacamos que no Brasil houve certa aproximação com o processo que ora subsidiou as reflexões, pois as

discussões mais intensas acerca das ações, natureza e características da extensão destacaram-se mais efetivamente como resultantes da participação do movimento estudantil (UNE) na década de 60. Os estudantes travaram discussões em torno da extensão que era desenvolvida pelo Estado via Ministério do Interior (MINTER) e Ministério da Educação e Cultura (MEC). A extensão empreendida nessa década destacou os Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e o Projeto Rondon como ações voltadas ao campo com experiências que envolviam alunos, mas ainda desvinculada da participação dialógica das universidades tanto de maneira política quanto institucional.

A realização da extensão por iniciativa e administração do Estado, fomentou e ainda hoje sinaliza estudos que procuraram compreender as razões pelas quais houve tanto empreendimento de esforços para o desenvolvimento de ações extensionistas em todo o território nacional. Não podemos mensurar e/ou indicar com precisão as reais intenções, mais podemos trazer à tona os questionamentos que trouxeram as inquietações. Assim, nos perguntaríamos: por que os projetos foram realizados em território que podem ser considerados geograficamente estratégicos? por que as ações seguiram um fluxo de ida e não de volta? por que havia envolvimento de estudantes e profissionais de diversas áreas, mas não a integração, o diálogo e a parceria entre eles? por que ao retornar para as Universidades, as discussões não se tornavam as protagonistas do processo de forma a refletir a relação teórico-prática, vivenciada pelos estudantes?

Esses questionamentos são apenas indicações que contribuíram para reflexões posteriores tanto por parte dos próprios alunos, como da sociedade, da Universidade e do próprio Estado.

Em virtude de tal contexto e questionamentos, era uma extensão rural realizada através de projetos voltados às comunidades rurais, administradas tanto pelo MINTER quanto pelas Universidades. Essa administração ainda não caracterizava o envolvimento entre universidade e comunidade, uma vez que apenas os alunos, inicialmente das áreas de saúde envolviam-se com os problemas da sociedade. A partir do momento em que esses alunos retornam para as universidades com outro olhar e conhecimento sobre a realidade é que iniciaram-se as discussões mais intensas.

Nos anos 70 os projetos foram consolidados, mas as tentativas de mudança na forma de realização desses ainda persistiam. Das discussões travadas pelo movimento estudantil passam à participação do Fórum de Pró-Reitores, na década de 80, que tinham como objetivos refletir, analisar e caracterizar a extensão nas Instituições de Educação Superior a fim de que pudessem construir um diálogo coerente, estudos sistemáticos e por fim, elaborassem diretrizes orientadoras das ações em âmbito nacional.

Nos anos 90 o processo de expansão da Educação Superior tende a diversificar as formas de acesso e permanência à Universidade e como consequência a extensão passa por reestruturação depois de realizada a 1ª avaliação diagnóstica. A avaliação tinha construir um panorama acerca da Extensão Universitária nas Universidades públicas brasileiras. Os resultados apresentados subsidiaram análises acerca da natureza das ações desenvolvidas nas instituições para que posteriormente pudessem ser reencaminhados as próximas ações.

Assim, as características históricas destacam evolução da educação superior com a implantação das universidades brasileiras a partir dos anos 20, luta por uma educação para a democracia, cidadania e de acesso a todos e por fim o estabelecimento de um diálogo entre os atores envolvidos, promovido por estudantes, Universidades, sociedade e Estado.

CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO: O FIM DE UMA TRAJETÓRIA OU UM PROCESSO CONTÍNUO?

Partindo da análise histórico-conceitual é necessário perceber que não há como distanciar o processo histórico da extensão nas Universidades brasileiras da construção conceitual e muito menos de sua institucionalização através do Plano Nacional de Extensão hoje em vigência.

Se considerarmos os conceitos vigentes que estruturamos anteriormente em categoria que apresentam visões distintas, há que observarmos a possibilidade de tais posicionamentos e práticas a eles vinculados, ainda estarem presentes no contexto contemporâneo.

Foi justamente em função da multiplicidade de ações e conceitos que urgiu a necessidade de estruturação de um instrumento que orientasse as práticas nas instituições. A percepção única e práticas também unificadas são de certa forma, inalcançáveis, dada a diversidade geográfica, cultural e realidade social do Brasil, mas é possível estabelecer diretrizes institucionalizadas que norteiem os trabalhos. Foi nesse sentido que após contextos de reflexões e lutas que a extensão foi, mesmo que de maneira divergente do ensino e da pesquisa, institucionalizada.

A institucionalização da extensão via Plano Nacional de Extensão não anulou seu desenvolvimento nas Universidades institucionalmente, o que estamos aqui argumentando é

que esse processo contribuiu para o fortalecimento desta, já estruturada nas instituições, de maneira a fornecer os fundamentos necessários à sistematização e estruturação do trabalho em âmbito nacional.

Como a institucionalização ocorreu de forma gradual e lenta, contou também com a participação de diversos atores sociais. As discussões evidenciadas no curso da criação e desenvolvimento da Universidade no Brasil demonstraram que o processo abrangeu tanto as questões políticas quanto culturais e econômicas que, em momentos e espaços distintos, definiram os processos e políticas referentes à Educação Superior. O resultado das discussões, na década de 60 serviu de base para uma sistematização acerca das questões e reivindicações estruturadas em um documento construído pela UNE, que contribuiu, mesmo que parcialmente, com a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540).

A Reforma Universitária de 1968 destacou, entre outros, o reconhecimento da extensão como uma função da Universidade tão importante quanto o ensino e a pesquisa. Sob essa perspectiva, Demo (apud Franz e Silva, 2002) considera a “extensão como uma forma básica pela qual a universidade cumpre sua função pública, plural, diversa” (p. 171). Tal posicionamento remete-nos à compreensão acerca da extensão como responsável pela relação dialógica entre Universidade e sociedade, em sua natureza plural e diversa, no sentido de abranger uma multiplicidade de conhecimentos construídos isoladamente na academia, mas em processo de interação com a sociedade.

Conforme o Plano Nacional de Educação (1999/2000) a “extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. Assim, estaria centrada na interação Universidade e sociedade, aprendizagem dos sujeitos que teriam a oportunidade de construir um conhecimento teórico-prático, além de promover, através de suas ações, a transformação social.

Com essa visão, a extensão passa a ser reconhecida e entendida pelo Fórum de Pró-Reitores como a via pela qual haverá a relação dialógica entre universidade e sociedade. Para Rocha (2001, p.25) esse conceito traz ainda componentes referentes à troca entre saberes populares e o conhecimento sistematizado da Universidade, à interdisciplinaridade, tendo efetivamente, forte dimensão utópica.

Os demais conceitos construídos relacionam-se com os modelos Inglês e Norte Americano, pois esses fazem-se entender como processos extensionistas pautados em uma visão assistencialista e de transmissão unilateral das ações que hoje encontra-se em

processo de superação. Quando Freire (1977) destaca a educação como prática para a liberdade, coloca como fator fundante o envolvimento político com os contextos e tramas sociais, para que possa problematizá-lo e promover as reais mudanças. Partindo para uma visão mais estruturada, a extensão é percebida como, Art. 40, a) “as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (in: NOGUEIRA, 2005, p.23) e “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade pública e a sociedade” (in: ROCHA, 2009, p.157) respectivamente nas Leis 5.540/68 e Plano Nacional de Extensão Universitária.

A partir de tais conceitos é possível localizar aqui dois momentos, o histórico que marca a gênese do processo e o institucional que marca a formalização das ações no âmbito institucional. Tais aspectos se entrelaçam e definem as configurações acerca da extensão no âmbito das instituições.

A visão da extensão como espaço de diálogo entre universidade e comunidade perpassa pelas discussões que Freire (1977) descreve na obra “*extensão ou comunicação*”. Ao realizar estudo etimológico sobre a terminologia faz associações no sentido de que a extensão no Brasil caracteriza-se como transmissão, entrega de algo à alguém, invasão cultural etc. As associações destacam a necessidade de compreender o processo de intervenção na sociedade via extensão universitária, como uma forma de perceber os problemas, intervir nesses e promover as mudanças necessárias à melhoria das condições de vida da população.

O fato do reconhecimento dessa função da extensão, não desconsidera que o ensino e a pesquisa são processos que se interpenetram e que se constituem em um todo que viabilizaria uma educação mais consistente, na medida em que fosse desencadeado de maneira integral. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art 207, deixa clara a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Enquanto processos institucionalizados o ensino e a pesquisa já foram contemplados e a extensão só conquistou tal patamar anos depois.

Mesmo destacando a extensão como uma ação de responsabilidade da Universidade, que deverá ser exercida de maneira indissociável, não havia ações efetivas em relação à institucionalização até a formalização do Plano Nacional de Extensão. Desde a reforma de 68 à C.F. 88, houve iniciativas como o Plano de Trabalho da Extensão Universitária promovido pelo MEC/MINTER, na década de 70, como uma forma de tentar

orientar as ações no sentido de estreitar laços entre universidade e sociedade. Os laços que se estabelecem serão espaços críticos-formativos de uma geração em que sua formação perpassa tanto pelo intuito profissional como humano.

Quando do início da participação mais intensa dos estudantes nos projetos extensionistas, desde a década de 60, houve a problematização da realidade e a relação teórico-prática necessária a uma formação que vise à educação para a democracia, cidadania e luta pelos direitos. O envolvimento dos estudantes marcou o início do diálogo, pois ao retornarem à universidade traziam os saberes construídos a partir da problematização da realidade e do envolvimento com as questões em interferem no desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. Quando das análises sobre a necessidade de organização e mobilização da sociedade para uma organização social pautada em princípios democráticos e cidadania, há que considerar a relação dialógica como fator imprescindível para a luta de uma educação que viabilize tais conquistas.

Para Serrano (2007, p.13)

A extensão universitária vivencia um momento extremamente importante para sua consolidação como fazer acadêmico, entretanto as práticas institucionais através do próprio fazer extensionista e das normatizações universitárias necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmica, social e articuladora da Universidade.

Assim, a extensão em vias de construção de um diálogo com a sociedade, consolida-se como um fazer acadêmico voltado à formação política, acadêmica e profissional. As relações que ora foram construídas perpassaram pelo fazer acadêmico desde as práticas pontuais intuitivas até as tentativas de sistematização de um trabalho em âmbito nacional. As instituições que se organizaram e se organizam em torno da Política Nacional de Extensão buscam a institucionalização do espaço imprescindível e necessário à formação acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória da extensão pelo viés da história, natureza conceitual e legal, há que considerar que esse foi um processo de construção que ainda não está finalizado. Desde a criação do Fórum de Pró-Reitores, e mesmo antes com a participação dos estudantes, os diálogos acerca da necessidade de institucionalização da extensão é pauta

presente em todos os encontros e momentos de discussão. Quando se trata de reconhecimento dessa como uma função social, há o reconhecimento enquanto uma dimensão da Universidade que ao estar atrelada ao ensino e à pesquisa buscam promover uma educação integral.

Mesmo discutindo sobre uma educação superior que contemple a educação integral dos indivíduos, não devemos desconsiderar que os paradigmas educacionais tendem ao atendimento de uma estrutura econômica, política e social mais ampla. Atendendo a essa conjuntura é necessário analisar a relação entre Universidade, Extensão Universitária e dinâmica social mais ampla.

Assim, como nos propomos nesse trabalho, a Extensão Universitária, desenvolvida através de prática diversa e diferenciada que tenham com objetivo a aprendizagem e transformação social, tende a consolidar o diálogo já estabelecido historicamente entre Universidade e sociedade. A consolidação de tal diálogo é resultado das análises acerca desse objeto de estudo de forma contextualizada considerando o contexto evolutivo da extensão e da Universidade no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Vitória. **Educação para a Democracia**. Conferencia para professor Titular, FEUSP, 1996.

BERNHEIM, Carlos Tunnermann. **El Nuevo Concepto de La Extensión Universitaria**. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da Universidade Baiana**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FILHO, Alberto Mesquita. Integração Ensino-Pesquisa-Extensão. In: WWW.ecientificocultural.com acesso em 08 de fevereiro de 2011.

FRANTZ, Walter e SILVA, Enio Waldir. **As funções sociais da universidade. O papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **A Universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. N 04. Mai/jun/jul/ago, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade. Um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2008.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina**. In:FARIA, Dóris Santos de (Org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. BRASIL: INEP, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.